

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.953 - RS (2019/0300519-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GENECIS MOREIRA CANTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

GENECIS MOREIRA CANTO acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0103881-22.2019.8.21.7000, em que foi **provido o recurso do Ministério Público para afastar a continuidade delitiva entre os crimes de roubo a que ele foi condenado.**

Com efeito, há continuidade delitiva, a teor do art. 71 do CP, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica crimes da mesma espécie e, em razão das condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devam os delitos seguintes ser considerados continuação do primeiro.

"Conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal, no tocante ao crime continuado, exige-se, como requisito de ordem subjetiva, o dolo global ou unitário entre os crimes parcelares, isto é, para ficar caracterizada a continuidade delitiva, além dos requisitos objetivos, é necessária a demonstração da unidade de desígnios" (**AgRg no REsp n. 1.753.472/SP**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 25/4/2019).

De fato, a exposição de motivos da Parte Geral do atual Código Penal (Lei n. 7.209, de 11/7/1984) menciona o critério da teoria puramente objetiva para a aplicação da ficção legal. Contudo, o legislador também registrou:

59. O critério da teoria puramente objetiva não revelou na

prática maiores inconvenientes, a despeito das objeções formuladas pelos partidários da teoria objetivo-subjetiva. **O Projeto optou pelo critério que mais adequadamente se opõe ao crescimento da criminalidade profissional, organizada e violenta, cujas ações se repetem contra vítimas diferentes, em condições de tempo, lugar, modos de execução e circunstâncias outras, marcadas por evidente semelhança. Estender-lhe o conceito de crime continuado importa em beneficiá-la, pois o delinquente profissional tornar-se-ia passível de tratamento penal menos grave que o dispensado a criminosos ocasionais.**

Nesse diapasão, não podemos olvidar a *mens legis* e, nas precisas palavras do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, que "[a] lei, prelecionava o grande Amílcar de Castro, embora nunca ao arrepio do sistema jurídico, deve ser interpretada em **termos hábeis e úteis**. Com os olhos voltados, aduza-se, com Recasens Siches, para a **lógica do razoável**" (REsp n. 167.383/DF, 4ª T., DJ 15/10/2001).

No caso concreto, a Corte de origem registrou que:

[...]

Entretanto, no específico caso em tela, não obstante os delitos de roubo tenham sido cometidos na mesma cidade (Porto Afegre), em curto espaço de tempo entre si cometidos em 10JAN2011, em 28JAN2011 e em 04FEV2011). aparentemente com mesmo *modus operandi* adotado, as peculiaridades apontam a Inviabilidade do reconhecimento da continuidade delitiva.

É que, da análise da conduta do apenado e através da leitura, principalmente, da sua Gula de Execução Penal atualizada, **pode-se perceber estar-se diante de criminoso habitual, que faz do crime o seu modo de vida, o que, por si só, já impediria o reconhecimento da continuidade delitiva.**

Veja-se que, afora estes três processos que a defesa pretende unificar, o apenado já foi condenado, irrecorrivelmente, por outros dois roubos majorados e um homicídio qualificado, ostentando, ao todo, seis condenações já transitadas em julgado em seu desfavor, o que, atualmente, se traduz em pouco mais de trinta anos de pena a cumprir.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, as ações perpetradas pelo apenado revelam que ele possui como seu modo de vida a prática de diversas infrações penais, evidenciando assim tratar-se de criminoso habitual, que não deve ser beneficiado com a unificação pretendida, uma vez que os institutos em comento (crime continuado e habitualidade delitiva) se apresentam incompatíveis entre si (fls. 40-41, destaquei).

Urge consignar, novamente, que "[o] Superior Tribunal de Justiça entende que, para a caracterização da continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal), é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos" (**REsp n. 1.602.771/MG**, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, 6ª T., DJe 27/10/2017).

E, na hipótese, além de não haverem sido preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo, **a instância antecedente também concluiu que o paciente fez da prática criminosa uma habitualidade e que os crimes foram perpetrados com desígnios autônomos, motivação que também impede a aplicação do art. 71, parágrafo único, do CP.** Confira-se:

[...]

Seguindo essa orientação, chega-se à conclusão de que, no caso concreto, não é possível o reconhecimento do instituto penal da continuidade delitiva. E isso porque, mediante pormenorizada análise das circunstâncias fáticas, pode-se concluir que não houve liame subjetivo entre os crimes praticados pelo agravante.

O delito subsequente, ainda que da mesma espécie e com conexão de tempo, não é continuação do primeiro. Houve, no presente caso, pluralidade de atos criminosos. Não houve entre os crimes de roubo praticados vinculação em relação à maneira de execução e local, não evidenciam ser um a continuação do outro, o modo de execução é distinto.

Vale dizer, os ilícitos cometidos não partiram de uma mesma convicção criminosa previamente estabelecida pelo agente e seu comparsa, de modo que se trataram de condutas absolutamente autônomas, distintas e isoladas, sem qualquer ligação subjetiva. Ausente, portanto, a

unidade de desígnios, elemento essencial para configuração do instituto do crime continuado.

As condutas, como praticadas, são reveladoras de reiteração criminosa, sendo suficiente para descaracterizar o crime continuado.

Nesse contexto, diante de situações como a dos autos, onde se julga crimes praticados por agente contumaz nessa prática, é necessário que o Poder Judiciário exerça com rigor o *jus puniendi*, de forma a submeter o criminoso ao cumprimento de uma pena de rigorosa severidade, que sirva como punição pelo ilícito praticado e, também, como desestímulo à prática de novos crimes (fl. 197, destaquei)

A esse respeito, *mutatis mutandis*:

[...]

1. De acordo com a Teoria Mista, adotada pelo Código Penal, mostra-se imprescindível, para a aplicação da regra do crime continuado, o preenchimento de requisitos não apenas de ordem objetiva - mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução - como também de ordem subjetiva - unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos.

2. Indeferido o pedido de unificação das penas por não haver liame lógico entre os delitos, mas sim a habitualidade delitiva, a pretensão de reconhecimento do crime continuado implica a revisão do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental improvido (AgInt no AREsp n. 898.845/ES, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 16/12/2016, sublinhei).

No mesmo sentido:

[...]

1. Este Superior Tribunal firmou o entendimento de que, para o reconhecimento e a aplicação do instituto do crime continuado, é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim

Superior Tribunal de Justiça

entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos. Vale dizer, adotou-se a Teoria Mista ou Objetivo-subjetiva.

2. O Tribunal de origem afastou a existência de continuidade delitiva entre os delitos de roubo praticados pelo paciente, haja vista a ausência de liame subjetivo entre os diversos delitos.

3. Habeas corpus não conhecido (HC n. 222.225/SP, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª T., DJe 31/3/2016, grifei).

Ademais, para se infirmar a interpretação apresentada pelo Tribunal *a quo* acerca dos requisitos para caracterização da continuidade delitiva, de forma a possibilitar conclusão diversa da exarada no acórdão vergastado, é necessário imiscuir-se no exame do acervo probatório, o que evidencia a **impossibilidade de este Superior Tribunal apreciar o pedido formulado no writ.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego, in limine**, o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**